



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

Ata de Reunião

Data: 25/02/26 (quarta-feira)

Local: Sala 305-M do Anexo I

Horário: 16:00 – 18:00

**Condução: Desembargador Raimundo
Nonato Borges Braga**

Redator: Afranio Pedreira Jr.

Participantes

Desembargador Raimundo Nonato Borges Braga – Presidente da CEIN

Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medauar – Membro Titular

Desembargador Ricardo Régis Dourado – Membro Titular

Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes – Membro Titular

Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça – Membro Titular

Henrique Roma / Diretor da DIN – Membro Titular

Bruno Barbosa de Menezes – Membro Titular

Murilo Serafim da Costa – Membro Convidado

Kleydson Muniz – Assessor de Desembargador

PAUTA

Item	Descrição
A	Eleição do Presidente da Comissão (RITJBA - Art.118, Parágrafo Único)
B	Adequação da Comissão ao quanto disposto no Decreto Judiciário Nº 146, de 20 de fevereiro de 2026
C	O que ocorrer

DESENVOLVIMENTO DA PAUTA

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2026, às 16h, reuniram-se na sala de reuniões do Setor de Comissões, sita à sala 305-M do prédio Anexo I do TJBA, o Presidente da Comissão Especial de Informática e as demais pessoas acima elencadas. O Presidente iniciou os trabalhos, dando as boas-vindas aos novos Membros do Colegiado: a Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medauar; o Desembargador Ricardo Régis Dourado; o Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes, que participava via sistema "Lifesize", por estar em viagem institucional na cidade de Fortaleza; o secretário de TI, Leonardo Fogaça; e o novo Diretor de Modernização da SETIM, Bruno Barbosa. Assinalou a ausência justificada do Juiz Pedro Godinho, por estar a participar de sessão no Tribunal Regional Eleitoral, o qual integra. Em seguida, dirigindo-se aos novos Membros, o Desembargador Raimundo Braga passou a tecer uma breve explicação sobre a estrutura de funcionamento da TI no PJBA, discorrendo sobre as atribuições de cada uma das Diretorias da SETIM e apresentando os seus Titulares. Nesse momento, o Secretário Leonardo Fogaça fez uso da palavra para explicar aos novos Integrantes do Órgão, que, além da SETIM, o Poder Judiciário contava, para gestão da TIC, com a Comissão de Informática, o Comitê Gestor de Demandas e o Comitê de TIC, além de outros Colegiados mais especializados, a exemplos do Comitê Gestor do PJE e do Comitê de Inteligência Artificial. Explicou o Secretário, que, da Comissão Especial de Informática devem sair as orientações para atuação do Comitê Gestor de Demandas, vinculado à Presidência do TJBA, responsável por filtrar as solicitações oriundas dos diversos setores do Poder Judiciário estadual, de forma a escalonar-se, por grau de prioridade, o atendimento às mesmas. O Presidente da Comissão disse, que, no momento, o objetivo era evitar-se a superposição de atribuições dos três Órgãos referenciados, quais sejam, Comissão de Informática, Comitê de TIC e Comitê Gestor de Demandas. Prosseguiu o Desembargador Raimundo Braga dizendo, que, o próximo passo seria a reestruturação da Comissão Especial de Informática, definindo as suas novas atribuições, que serão voltadas à governança da TIC no PJBA. Explicou que tal trabalho já havia sido iniciado na Gestão passada, faltando finalizar-se a redação da proposta de Emenda Regimental respectiva, encaminhando-a à apreciação da Presidência e, seguidamente, à Comissão de Reforma. O Diretor Murilo Serafim informou aos presentes, que, a partir da nova configuração regimental, a Comissão Especial de Informática passará a ser denominada Comissão de Governança de TIC. Nesse momento, o Presidente Interino da CEIN, Desembargador Raimundo Braga, pôs em discussão o **item A** da pauta, "Eleição do Presidente da Comissão" para o biênio 2026-2028, em cumprimento ao disposto no Parágrafo Único, do Art.118, do Regimento Interno do TJBA, o qual determina, que, a *"Presidência da Comissão Especial de Informática será exercida por um dos Desembargadores integrantes, mediante votação entre os seus pares"*. Prosseguindo na condução do sufrágio, o Presidente Interino indicou a Desembargadora Maria de Lourdes Pinho Medauar para exercer o cargo, no aludido período. Fazendo uso da palavra, a Desembargadora agradeceu a deferência, mas declinou da indicação, explicando entender, que, o



Desembargador Raimundo Braga deteria, naquele momento, cabedal de conhecimento na área de TIC superior ao seu, dizendo que aproveitaria o biênio para se assenhorar da matéria, habilitando-se para exercício futuro do cargo em votação, colocando-se, entretanto, à disposição para colaborar com a Comissão no período. O Desembargador Ricardo Dourado salientou o reconhecido "know-how" do Desembargador Raimundo Braga na área de TI, além da sua larga experiência em lidar com o seu setor técnico. O Desembargador Raimundo Nonato Borges Braga agradeceu as palavras dos Colegas, colocando em votação a sua indicação para a Presidência da Comissão Especial de Informática, no biênio 2026-2028, a qual foi aprovada por aclamação pelos Eleitores habilitados. O Presidente elogiou o Secretário de TI por manter a maior parte da equipe que atuou na Gestão anterior, lembrando as dificuldades enfrentadas no final da mesma, quando ocorreram problemas na execução dos contratos de N3 e N4, tendo o Secretário e os Diretores da SETIM esmiuçado para os presentes o ocorrido, bem como, as soluções adotadas e as em andamento. O Desembargador Raimundo Braga pontuou o impacto negativo da solução de continuidade dos aludidos contratos, que afetou o cronograma de desenvolvimento de diversos sistemas, tais como, o de Precatório, o de Gestão do NUPREMEC, o Novo Exaudi e o SRH. Explicou o Presidente da CEIN que o desafio maior da Comissão de Informática seria o de externalizar para a Corte as ações do setor de TI, tornando mais transparente o trabalho desse setor, imprescindível que se tornou para o funcionamento de todo o Poder Judiciário. Em seguida, o Presidente da CEIN trouxe à debate o **item B** da reunião, "Adequação da Comissão ao quanto disposto no Decreto Judiciário Nº 146, de 20 de fevereiro de 2026", publicado no DJE do dia 23, último, destacando o teor do art. 5º do dispositivo, que cuida das diretrizes para funcionamento dos Colegiados no âmbito do PJBA, a exemplo de previsibilidade de rotinas, uniformização de registros, apresentação de plano de trabalho, fixação de metas, etc. Informou que traria à discussão, já na próxima reunião da Comissão, sugestivo de plano de ação da Unidade, conforme exigido pelo referido normativo. Disse, ainda, que a proposta de alteração regimental em andamento deverá contemplar as adequações necessárias à conformação da Unidade às exigências do aludido Decreto Judiciário. Colocando em discussão o **item C** da pauta, "o que ocorrer", o Desembargador Raimundo Braga passou a palavra ao Diretor de Governança de TIC, Murilo Serafim, pedindo-lhe que discorresse sobre o Plano Diretor de TIC. Antes, porém, o Desembargador lembrou que existia um Plano Diretor em execução, referente ao período 2025-2026 e que deveria estar sendo iniciada a elaboração, pela SETIM, do Plano para o biênio subsequente (2027-2028). O Secretário de TI interveio para dizer, que, o documento seria elaborado no segundo semestre do corrente ano, guardando, o mesmo, natureza flexível, podendo ser atualizado no decorrer do seu prazo de referência, tendo por objeto funcionar como Norte para as ações do setor, no biênio de referência. Nessa esteira, o Presidente da CEIN lembrou que o teor desse documento deveria ser levado ao conhecimento do Tribunal Pleno. Murilo Serafim iniciou sua

exposição dizendo que a elaboração do PDTIC pelos Tribunais seria mandatória, por força da Resolução de nº 370 do CNJ. Disse, ainda, que o documento deve conter todas as diretrizes para a TIC da Corte, devendo manter alinhamento com o Planejamento Estratégico do Tribunal; com o ENTIC (Estratégia Nacional de TIC); e com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ), instituída pela Resolução CNJ nº 396/2021, que estabelece diretrizes, protocolos e boas práticas para fortalecer a Segurança da Informação nos tribunais brasileiros. O Diretor da DGT explicou, também, que, para iniciar a elaboração do próximo PDTIC, seria necessária a disponibilização do Planejamento Estratégico do Tribunal para o biênio 2027-2028, por ser o ponto de partida do documento. Explicou, por último, que o material explicitava a estrutura da SETIM, que está sendo objeto de alteração; o Plano de Gestão da Presidência; o Plano de Transformação Digital; e o mapeamento de todas as ações a serem executadas. O Presidente da Comissão procedeu à leitura, à guisa de exemplificação, da parte do PDTIC relacionada à implantação do sistema EPROC, referenciando-se à página onze do segundo documento que fora disponibilizado pelo Diretor de Governança de TIC aos presentes, voltado ao acompanhamento da execução do PDTIC. O Diretor de Infraestrutura, Henrique Roma, destacou que a parte da SETIM referente à implantação do EPROC já se encontrava concluída, restando, agora, à parte negocial, no caso, o seu Comitê de Implantação, demandar a continuidade do processo de implantação do sistema ao setor técnico. Nessa esteira, iniciou-se discussão quanto à necessidade da criação de uma área negocial no âmbito do PJBA, tendo em vista a frequente necessidade de efetivar-se procedimentos de homologação de sistemas por parte dos usuários. O Presidente da CEIN disse que sugerira, em encontro anterior, a inserção, no âmbito da SEJUD, de uma estrutura negocial para a TI do PJBA, com representantes dos primeiro e segundo graus, que ficaria responsável, dentre outras atribuições, pela realização dos testes e homologações das soluções disponibilizadas pela SETIM. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar trouxe à discussão questão relacionada à arquitetura do EPROC, em especial quanto ao sugestivo do TRF-4 de, a início, não se permitir, aos seus usuários, a demanda por inovações. Foi explicado pelo Secretário de TI, que, ao contrário do PJE, seria da natureza do EPROC a elaboração, por cada usuário, do seu fluxo de trabalho em particular, não sendo possível barrar tal possibilidade, por força de característica intrínseca do aludido sistema. Além disso, foi pontuado, tanto pelo Secretário de TI quanto pelo Presidente da CEIN, sobre a dificuldade para implantação do EPROC no PJBA, haja vista ser o TJBA o primeiro Tribunal do país que roda o PJE nos dois graus de Jurisdição da Justiça Comum, a migrar para o referido sistema. Dando prosseguimento à discussão do **item C** da pauta, "o que ocorrer", o Presidente da Comissão referiu-se à Inspeção do CNJ, a realizar-se no próximo mês de abril. Nessa esteira, lembrou de um Mandado de Segurança sob sua relatoria, cujo objeto é a alegação, por parte de um candidato ao cargo de Analista de Sistemas que lograra aprovação no último concurso, de estar sendo preterido na nomeação, por conta de a SETIM continuar

contratando, via terceirização, mão-de-obra voltada à consecução de tarefas similares às que caracterizam o conjunto de atribuições e responsabilidades do cargo em questão. Assinalou que o CNJ tem apontado, reiteradamente, o quantitativo reduzido de pessoal no quadro permanente de TI do PJBA, repercutindo tal fato em pontuação baixa do Tribunal junto ao Órgão, quanto a esse quesito. O Diretor de Governança de TIC complementou dizendo que o Conselho Nacional de Justiça exige, à frente dos macroprocessos, a atuação de servidores efetivos. Ainda dentro no item "o que ocorrer", o Titular da DIN solicitou o uso da palavra para abordar questão relacionada às paradas do parque computacional para realização de manutenções programadas, tendo já discutido com o Secretário de TI quanto à necessidade de serem realizadas, ao longo do ano em curso, quatro delas. Salientou Henrique Roma sobre a importância da ampla divulgação dessa programação, com a devida antecedência, para os integrantes dos principais grupos afetados, a exemplo de OAB, Ministério Público, Defensoria, Procuradorias, etc, de modo a que possam antecipar as suas ações. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar ressaltou a grande quantidade de reclamações que aconteceram durante e após a realização dos últimos procedimentos de manutenção técnica, em especial originadas da seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil. Leonardo Fogaça reforçou a importância da divulgação ampla do calendário anual de manutenções programadas, não só para os Órgãos internos, a exemplo de Corregedorias, Diretoria de Primeiro Grau, SEJUD, etc, bem como, junto às entidades externas usuárias dos sistemas judiciais, a exemplo de OAB-BA, Ministério Público, Defensoria e, mesmo, para as partes processuais, através da utilização de meios de comunicação social. Neste último caso, pontuou o Titular da SETIM quanto à necessidade de envolvimento da ASCOM nesse trabalho, de forma a ser possível divulgar para a sociedade, em especial junto às partes dos processos judiciais, sobre tal programação de paradas para realização de manutenções técnicas, as quais deverão acontecer em períodos de recesso prolongado de feriados, preferencialmente. O Desembargador Raimundo Braga disse que a SETIM deveria encaminhar tal programação para o Comitê Gestor do PJE, de forma, que, durante a próxima reunião desse Colegiado, o mesmo divulgue o indigitado calendário junto aos seus Integrantes, boa parte deles representantes da maior parte dos Órgãos externos citados, tais como, OAB, MP e Defensoria Pública. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar reiterou ser tal comunicação imprescindível, haja vista, que, no mais das vezes, o período de parada se estende, provocando uma enxurrada de reclamações por parte dos usuários, os quais, muitas vezes, sequer sabem o que está acontecendo. O Secretário de TI disse, que, a ideia inicial seria a de se realizar a primeira dessas manutenções durante o período de Carnaval, mas que decidira, em consenso com sua equipe, recuar dessa ideia, trazendo à Comissão Especial de Informática o assunto e elaborando, antes, um Plano de Comunicação, em conjunto com a ASCOM, direcionado aos atores envolvidos. O Presidente da CEIN solicitou ao Diretor de Modernização que requeresse a inclusão da matéria na pauta da



próxima reunião do Comitê Gestor do PJE. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar sugeriu que fosse incluído um banner na página principal do site informando sobre tais paradas, em período anterior e durante as mesmas, detalhando a finalidade, o tempo previsto, etc, com, no mínimo, dez dias de antecedência à da ocorrência das mesmas. Sugeriu, ainda, a Desembargadora, que a Associação dos Magistrados da Bahia e os Sindicatos dos servidores fossem, igualmente, comunicados, solicitando-se a essas entidades que publiquem, nos seus grupos de WhatsApp, tais programações. Nesse momento, o Juiz Gustavo Teles fez uso da palavra para opinar sobre a relevância de realizar-se extensa reformulação no site do TJBA, recomendando, por exemplo, que as notícias em destaque apareçam no topo da "homepage", como já ocorre na maior parte dos Tribunais. O Presidente da CEIN concordou com a necessidade da reformulação da arquitetura do site, de forma a que se aprimore a qualidade da comunicação do PJBA, no que foi acompanhado pela Desembargadora Maria de Lourdes Medauar, que criticou a qualidade dessa importante ferramenta de comunicação social, na versão atual. Também dentro do **item C** da pauta, o Diretor Murilo Serafim abordou o assunto da capacitação em Segurança da Informação. O Presidente da CEIN disse, que, cursos nessa área deverão ser objeto de convocação do público-alvo, iniciando-se pelos integrantes das hierarquias superiores, a exemplo de Secretários de Varas e Gabinetes, que atuariam como multiplicadores. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar opinou, que, tais treinamentos deveriam ser objeto de repetição, para que se assegure a perfeita absorção dos respectivos conteúdos. O Secretário de TI disse que já contava com um Plano de Segurança da Informação, o qual apresentaria na próxima reunião da Comissão. O Desembargador Raimundo Braga pontuou, então, que seriam dois planos a implementar, quais sejam, um Plano de Comunicação e um Plano de Segurança da Informação. O Presidente da CEIN afirmou, então, que deverá ser promovido, inicialmente, um workshop sobre Segurança da Informação, a ser patrocinado pela Comissão, onde se divulgue, amplamente, as vulnerabilidades e os riscos para a Instituição, dessas tentativas de ataque cibernético. Durante o aludido evento, continuou, deverá ser divulgado, por exemplo, o resultado da pesquisa realizada no ano passado pela SETIM, quando foram encaminhados e-mails "*fake*" para todos os usuários do Tribunal, simulando uma tentativa de ataque do tipo "*phishing*", de forma a se averiguar o grau de consciência dos mesmos para tentativas de cometimento de ciber Crimes dessa natureza e, a partir daí, motivar-se a aludida capacitação. O Diretor de Infraestrutura correlacionou a questão da capacitação com a criação de uma Unidade Negocial na estrutura do Tribunal, a qual seria capaz de identificar necessidades de treinamento outros, nessa mesma linha, articulando com as Corregedorias e a UNICORP a realização de tais ações. O Secretário de TI interveio para dizer, que, tal ação reduziria a demanda, ora, existente, sobre os recursos N3 e N4, voltados que são, de forma excessiva, ao esclarecimento de dúvidas de usuários na utilização dos sistemas de informação, por força de não haver sido tal público, adequadamente, capacitado. O Presidente da Comissão



abordou, em seguida, a questão da "Política de E-mail", explanando aos novos Membros sobre essa matéria, objeto de discussão nas últimas reuniões da CEIN, explicando que um número excessivo de endereços eletrônicos institucionais tem sido distribuído a usuários que não integram o quadro de Magistrados e/ou servidores do PJBA, a exemplo de terceirizados contratados e cedidos pelas prefeituras do interior do estado. Explicou que tal realidade, além de elevar as despesas com a manutenção dessas caixas postais eletrônicas, provoca uma grande vulnerabilidade de segurança na rede, ao abrir brechas de invasão por parte de hackers e assemelhados. O Titular da DIN explicou que a Comissão já encaminhara expediente à SETIM para cuidar da questão, tendo sido criado dentro dessa Unidade um grupo de trabalho para listar as categorias de e-mail a serem utilizadas, questionando o Presidente da CEIN que outros Órgãos deveriam ser envolvidos nesse assunto. O Desembargador Raimundo Braga citou as Corregedorias, a SEJUD e a Diretoria de Primeiro Grau como áreas negociais mais importantes para participarem de tal definição. Em seguida, o Presidente destacou outro assunto de relevância em debate no âmbito da Comissão, referente ao portfólio de sistemas em produção no PJBA, historiando aos novos Membros da CEIN a evolução desse trabalho, desde a identificação pela Consultoria Gartner da existência de quase duzentos sistemas nessa situação, até o trabalho de coleta de feedback dos setores usuários sobre o destino a ser dado a cada um deles: inativação, refatoração ou substituição. Citou, ainda, os dois sistemas mais críticos para definição de destinação: SAJ e SAIPRO. O Diretor de Modernização, Bruno Barbosa, explicou, que, este último, ainda se encontrava ativo, por contemplar uma funcionalidade muito específica, a qual, contudo, já havia sido incorporada ao sistema SRH, estando em fase de homologação. O Diretor Henrique Roma explanou sobre os riscos mais elevados de invasão a que os sistemas antigos estão sujeitos, por terem sido construídos com ferramentas já descontinuadas e, por tal razão, não sujeitas à atualização tecnológica, o que aumenta exponencialmente o potencial de ataques cibernéticos. O Desembargador Ricardo Dourado questionou se esses sistemas legados também estariam a ocupar, de forma desnecessária, os dispositivos de armazenamento e de processamento, o que foi respondido, afirmativamente, pelo Titular da DIN. O Presidente da Comissão Especial de Informática citou os casos de "ransomware" que aconteceram em diversos Tribunais, espécie de ataque que "sequestra" as informações do ambiente computacional, com os malfeitores exigindo o pagamento de vultosas somas para liberação delas. O Secretário de TI relatou caso ocorrido no TJRS há cerca de três anos, que sequestrou a rede computacional, impossibilitando o acesso a todos os sistemas de informação, exigindo os criminosos o pagamento de resgate para liberação do ambiente. A Desembargadora Maria de Lourdes Medauar perguntou como havia sido resolvido o indigitado problema, ao que o Titular da SETIM respondeu dizendo, que, o Tribunal procedera à restauração do backup, "fazendo subir" a imagem do ambiente ao dia imediatamente anterior ao do ataque, ainda, que, nessa jornada, inconvenientes e prejuízos tenham acometido a Corte, sobretudo por ter sido

consumida uma semana para solucionamento do problema. O Diretor de Governança de TIC, Murilo Serafim, pediu a palavra para falar sobre a divulgação, pelo CNJ, no último dia 23, do resultado da avaliação do índice iGovTIC-JUD (Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário), que avalia a maturidade tecnológica dos tribunais brasileiros. Segundo o Titular da DGT, o TJBA ficou em primeiro lugar dentre os Tribunais do Segundo Escalão, na categoria "Aprimorado", abaixo, portanto, da categoria mais avançada, "Excelência". Prosseguiu o Diretor da DGT dizendo que uma das "evidências" avaliadas pelo CNJ seria a realização da reunião mensal da Comissão Especial de Informática, em face do que estava a solicitar a marcação dos dois próximos encontros durante a sessão em andamento, informando que o de março deveria ser realizado até o dia 20 daquele mês e o de abril, até o dia 15, por conta da alimentação do sistema do CNJ. Após os Desembargadores consultarem as suas respectivas agendas, ficou definido que a reunião de março da CEIN será realizada no dia 18, quarta-feira, às 16h. Já a reunião de abril ficou marcada para o dia 15, também uma quarta-feira e, igualmente, às 16h. O Presidente da Comissão solicitou à SETIM que trouxesse o Plano de Segurança para discussão na reunião de março ou de abril, tendo o seu Titular reiterado que o mesmo já se encontrava pronto. Dirigindo-se ao Titular da DIN, o Desembargador Raimundo Braga solicitou ao mesmo que avançasse com a questão da Política de E-mail, em resposta ao que o mesmo lhe disse que só estava faltando serem definidos os representantes da área negocial, momento em que o Desembargador Raimundo Braga pediu que Henrique Roma lhe procurasse para adiantar essa questão. Finalizando a reunião, o Presidente da CEIN se dirigiu ao Diretor da DGT, pedindo-lhe que colaborasse na identificação de algum servidor para substituir o servidor da Comissão, Afranio Pedreira Junior, ora, em período de aposentação, descrevendo as competências técnicas necessárias para o exercício da função. Sobre esse assunto, disse o Desembargador Raimundo Braga, que, idealmente, haja vista a expansão do escopo de atuação da Comissão, a partir da assunção das suas novas atribuições regimentais, deveriam ser lotados na Unidade, no mínimo, dois servidores, um para exercer as atividades administrativas da Unidade e outro, com conhecimento de Tecnologia da Informação e experiência na área negocial, para assessoramento à Presidência, resposta aos expedientes oriundos de outras Unidades, secretariar reuniões, elaborar atas, confeccionar relatórios das atividades, etc. Franqueando a palavra aos presentes, e porque dela ninguém mais quisesse fazer uso, o Desembargador Raimundo Nonato Braga agradeceu a presença de todos, dirigindo-se a seus Pares para reiterar gratidão pelo sufrágio do seu nome para a Presidência da Comissão Especial de Informática, no biênio 2026-2028, dando por encerrados os trabalhos, às 18h da mesma data do seu início. - x

Deliberações / Providências			
Item	Deliberação	Responsável	Prazo

1	Elaboração do Plano de Ação da Unidade para 2026	CEIN	15 dias
2	Plano de Comunicação – pedido de inclusão na pauta da próxima reunião do Comitê Gestor do PJE	DMO	5 dias
3	Apresentação do Plano de Comunicação	SETIM	Próxima reunião da CEIN
4	Política de e-mail – definição dos setores que participarão do Grupo de Trabalho	DIN	5 dias
5	Apresentação do Plano de Segurança	SETIM	Próxima reunião da CEIN
6	Indicação de servidores para trabalharem na CEIN	SETIM	10 dias

REGISTRO FOTOGRÁFICO



[Handwritten signature]



Poder Judiciário do Estado da Bahia

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
Comissão Especial de Informática

LISTA DE PRESENÇA EM REUNIÃO

Data: 25 de fevereiro de 2026

Início: 16 : 00 Término: 18 : 00

Local: Sala de Reunião das Comissões (Anexo I, 305-M)

Nome	Cargo/Função	Assinatura
Des. Raimundo Braga	Presidente	
Desa. Maria de Lourdes Pinho Medauar	Membro Titular	
Des. Ricardo Régis Dourado	Membro Titular	
Des. Paulo César Bandeira de Melo Jorge	Membro Suplente	
Juiz de Direito Gustavo Teles Veras Nunes	Membro Titular	ON line (LIFE SIZE)
Juiz de Direito Pedro Rogério Castro Godinho	Membro Titular	AUSÂNCIA JUSTIFICADA
Leonardo de Andrade Ferraz Fogaça	Membro Titular	
Bruno Barbosa de Menezes	Membro Titular	
Henrique Roma de Lima	Membro Titular	
Murilo Serafim	Membro Convidado	
KLEYDON MONIZ	ASSESSOR	

Salvador, 25 de fevereiro de 2026.

AFRANIO PEDREIRA DE OLIVEIRA JUNIOR
Servidor da Comissão Especial de Informática do TJBA